

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.641.197 - RS (2016/0311907-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV
MÉDICOS LTDA
ADVOGADOS : MARCO TÚLIO DE ROSE - RS009551
PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO MARTINS E
OUTRO(S) - RS028992
CÁSSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA - RS050660
AUGUSTO FRANKE DAHINTEN - RS081108
AGRAVADO : ROVENA DIAS PEDROSO MARTINS
ADVOGADOS : MAXIMILIANO EVARISTO DE CASTRO LUCCHESI -
RS078562
MARIANA MOTTA VELASQUEZ - RS084616
RAFAEL TAUFER E OUTRO(S) - RS094184

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REEMBOLSO C.C. INDENIZATÓRIA. RECONSIDERAÇÃO. RECUSA INDEVIDA DE COBERTURA SECURITÁRIA. PRAZO TRIENAL. PRECEDENTES. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. AGRAVO INTERNO ACOLHIDO PARA, EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, CONHECER DO RECURSO ESPECIAL E, DESDE LOGO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão de minha lavra, assim ementada:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. PEDIDO DE REEMBOLSO DE DESPESAS ALUSIVAS AO MATERIAL NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DE RADIOTERAPIA 3D. ALEGADA RECUSA DE CUSTEIO. PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL. ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO (e-STJ fl. 305).

A agravante alega que a jurisprudência desta Corte não é pacífica a

respeito do prazo prescricional aplicável, mas que após a orientação firmada em sede de recurso representativo de controvérsia (REsp 1.751.952/RS), há julgados contemporâneos que seguem a exegese de que o prazo prescricional aplicável em ações objetivando o reembolso de despesas médicas é o trienal, como entendeu a Corte de origem no julgamento dos embargos infringentes.

Assim, requer a reconsideração do julgado para prevalecer o prazo estipulado no acórdão exarado pelo Tribunal *a quo*.

Impugnação às fls. 338/342 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Após uma análise mais aprofundada acerca da matéria, com extensa pesquisa da jurisprudência atualizada desta Corte de Justiça, reconsidero a decisão de fls. 305/308 (e-STJ).

Com efeito, de acordo com o entendimento firmado nos precedentes mais recentes do Superior Tribunal de Justiça, o prazo prescricional aplicável aos casos relativos ao reembolso de quantia despendida por participante de contrato de plano de saúde em decorrência da indevida negativa de cobertura é o trienal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PRESCRIÇÃO. SEGURO SAÚDE. DESPESAS MÉDICAS. REEMBOLSO. PRAZO TRIENAL. APLICABILIDADE. RESSARCIMENTO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. REGRAMENTO ESPECÍFICO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O prazo prescricional de 3 (três) anos deve reger as ações fundadas no inadimplemento contratual da operadora que se nega a reembolsar o usuário de seguro saúde ou de plano de saúde por despesas médicas realizadas em procedimento médico coberto. Precedentes.

3. Na hipótese, os magistrados da instância ordinária decidiram em perfeita consonância com a jurisprudência desta Corte, circunstância que atrai a incidência da Súmula nº

568/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.729.587/SP, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 15/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. REEMBOLSO. PRESCRIÇÃO ÂNUA. INAPLICABILIDADE. PRAZO TRIENAL. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. De acordo com o entendimento da Segunda Seção deste Superior Tribunal, "quando do julgamento do REsp nº 1.360.969/RS e do REsp nº 1.361.182/RS, submetidos ao rito dos recursos repetitivos, consagrou o entendimento de que não incide a prescrição anual, própria das relações securitárias (arts. 178, § 6º, II, do CC/1916 e 206, § 1º, II, do CC/2002), nas ações que discutem direitos oriundos de planos de saúde ou de seguros saúde, dada a natureza sui generis desses contratos" (AgInt no AREsp 986.708/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 25/04/2017, DJe 12/05/2017).

2. Considerando que a propositura da ação ocorreu em 08/09/2015 e que as despesas médicas cujo reembolso é pretendido datam de 07/02/2014 e 08/02/2014, evidente que a pretensão dos autores não está prescrita, por não implementado o prazo trienal previsto no § 3º do art. 206 do CC/2002. 3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.745.932/SP, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 05/10/2018)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. SEGURO SAÚDE. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS HAVIDAS COM DEPENDENTE. RESSARCIMENTO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. É aplicável o prazo prescricional trienal, previsto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, nas ações em que se pleiteia a

restituição de despesas médicas, cujo custeio foi recusado pela operadora, em virtude de interpretação do contrato de seguro saúde. Precedentes desta Corte.

3. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1.644.707/RO, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, DJe 02/08/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - PLANO DE SAÚDE - NEGATIVA DE REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DA PARTE RÉ (SEGURADORA), PARA RECONHECER A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO TRIENAL DA PRETENSÃO INICIAL. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, "aplica-se o mesmo prazo prescricional de três anos à pretensão de reembolso, pela operadora do plano ou seguro de saúde, das despesas médicas que o usuário teve de fazer como decorrência da injusta recusa de cobertura, por não se tratar de contrato típico de seguro" (REsp 1608809/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 24/11/2017).

2. Constatando-se que entre a recusa da operadora de reembolsar as despesas, 21/07/2009, conforme consta da petição inicial e a propositura da demanda, 19/12/2012 (fls. 01, e-STJ), transcorreram mais de três anos, operou-se a incidência da prescrição trienal, prevista no art. 206, § 3º, inc. IV, do CC/02, acarretando na extinção do feito, com resolução de mérito.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.141.991/RJ, QUARTA TURMA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, DJe 13/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO OU SEGURO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS. RECUSA INDEVIDA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, § 3º, IV, DO CC/2002. MANUTENÇÃO DO

ACÓRDÃO RECORRIDO POR FUNDAMENTO DIVERSO. POSSIBILIDADE. ART. 257 DO RISTJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "Aplica-se o mesmo prazo prescricional de três anos à pretensão de reembolso, pela operadora do plano ou seguro de saúde, das despesas médicas que o usuário teve de fazer como decorrência da injusta recusa de cobertura, por não se tratar de contrato típico de seguro" (REsp 1608809/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 24/11/2017).

2. A norma do art. 257, parte final, do RISTJ, a qual permite a aplicação do direito à espécie, não autoriza que esta Corte Superior dê provimento a recurso especial e reforme acórdão da instância local com base em dispositivo legal - no caso, o art. 206, § 3º, IV, do CC/2002 - não invocado pelos recorrentes. Compete ao insurgente não só o ônus de viabilizar o prequestionamento, como também de cuidar expressamente, na peça recursal, das questões jurídicas que lhe interessarem e indicar os dispositivos legais específicos supostamente contrariados.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.712.636/PE, QUARTA TURMA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 14/05/2018)

Nessa ordem de ideias, tendo em vista o entendimento prevalente nesta Corte Superior, reconheço, *in casu*, a ocorrência da prescrição da pretensão, conforme constatou o Tribunal *a quo* no julgamento dos embargos infringentes, *verbis*:

Assim, realizado o pagamento objeto de reembolso em novembro de 2008 (fl.13) e ajuizada a demanda em 18 de novembro de 2014 (fl. 02), ainda não havia decorrido o prazo decenal, de modo que não há que se falar em prescrição do direito de ação.

Dessarte, a irresignação merece prosperar.

Ante o exposto, acolho o agravo interno para, em juízo de retratação, conhecer do recurso especial e, desde logo, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

